



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – ICED
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

SINAMOR FIGUEIRA DA SILVA

O ENTRELAÇAMENTO DA GEOGRAFIA COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**SANTARÉM – PARÁ
2023**

SINAMOR FIGUEIRA DA SILVA

O ENTRELAÇAMENTO DA GEOGRAFIA COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará como complementação curricular para o curso de Licenciatura em Geografia.
Orientadora: Prof^a. Maria Mirtes Cortinhas dos Santos

SANTARÉM – PARÁ
2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

S586e Silva, Sinamor Figueira da
O entrelaçamento da geografia com a educação ambiental./ Sinamor Figueira da
Silva. – Santarém, 2023.
26 p. : il.
Inclui bibliografias.

Orientadora: Maria Mirtes Cortinhas dos Santos.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do
Pará, Instituto de Ciências da Educação, Licenciatura em Geografia.

1. Ciência geográfica. 2. Educação ambiental. 3. Geografia. I. Santos, Maria Mirtes
Cortinhas dos, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 372.357

Bibliotecária - Documentalista: Renata Ferreira – CRB/2 1440



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

No quinto dia do mês de agosto de dois mil e vinte um, às dezesseis horas, de maneira remota por videoconferência, realizou-se a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso da discente **Sinamor Figueira da Silva**, intitulado: **“O ENTRELAÇAMENTO DA GEOGRAFIA COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL”**, sob orientação da professora Dr.^a Maria Mirtes Cortinhas dos Santos, que compôs a banca examinadora juntamente com as professoras avaliadoras: Dr.^a Maria Julia Veiga da Silva e Dr.^a Marcela Vieira Pereira Mafra. A presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e do discente e atribuiu o tempo de vinte minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e, em seguida as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações finais passando a palavra para o discente que efetuou seus agradecimentos. A comissão reuniu-se e apresentou o parecer final **Aprovado**, com a nota 8,5. Nada mais havendo a tratar, eu, professora Dr.^a Maria Mirtes Cortinhas dos Santos, lavro a presente ata.

Santarém, 05 de agosto de 2021.

Prof.^a Dr.^a Maria Mirtes Cortinhas dos Santos (orientadora)

Prof.^a Dr.^a Maria Julia Veiga da Silva (avaliadora)

Prof.^a Dr.^a Marcela Vieira Pereira Mafra (avaliador)

Sinamor Figueira da Silva (discente concluinte)

RESUMO

A ciência da Geografia mantém seu papel histórico, atuando na interdisciplinaridade, nas mais diversas ciências, com intercessão entre as ciências humanas, sociais e as ciências naturais. Por sua vez o meio ambiente na construção do seu conceito, o ambiente passa a ser considerado um sistema, uma unidade de diversas manifestações com estreita relação entre si, estruturada e redefinida como organismo. A partir das considerações o tema apresentado neste trabalho trata-se da ciência da geografia com a educação ambiental. E como delimitação da temática abordada apresentamos os estudos da geografia e a repercussão no meio ambiente. Neste contexto suscitou-se a pergunta problema que norteou este estudo: como ocorre o entrelaçamento da geografia com a educação ambiental? Este artigo resultou de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa com o título “*O ENTRELÇAMENTO DA GEOGRAFIA COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL*”. O objetivo geral foi compreender como ocorre o entrelaçamento da geografia com a educação ambiental e como objetivos específicos: Historicizar a ciência geográfica no âmbito global e nacional; analisar o ensino de geografia e discutir a ciência geográfica no contexto da educação ambiental. Os principais autores utilizados na revisão da literatura foram: Cavalcanti (2002); Corrêa (2003) e Simplício (1997). Como resultados verificou-se que: como a ciência geográfica, possui conexões com outras ciências, auxiliando na proposição de políticas públicas que visem a preservação ambiental e O meio ambiente está inserido na Geografia desde sua unificação como ciência, até suas correntes do pensamento geográfico.

Palavras-Chave: Ciência Geográfica; Educação Ambiental; Geografia; Meio Ambiente.

ABSTRACT

The science of Geography maintains its historical role, acting in interdisciplinarity, in the most diverse sciences, with intercession between the human, social and natural sciences. In turn, the environment in the construction of its concept, the environment starts to be considered a system, a unit of diverse manifestations with a close relationship with each other, structured and redefined as an organism. From the considerations, the theme presented in this work is the science of geography with environmental education. And as a delimitation of the addressed theme, we present the studies of geography and the impact on the environment. In this context, the problem question that guided this study was raised: how is the intertwining of geography with environmental education? This article resulted from a bibliographical research with a qualitative approach entitled “THE LINKAGE OF GEOGRAPHY AND ENVIRONMENTAL EDUCATION”. The general objective was to understand how the intertwining of geography with environmental education occurs and as specific objectives: Historicize geographic science in the global and national scope; analyze the teaching of geography and discuss geographic science in the context of environmental education. The main authors used in the literature review were: Cavalcanti (2002); Corrêa (2003) and Simplício (1997). As a result, it was found that: as geographical science, it has connections with other sciences, helping to propose public policies aimed at environmental preservation and the environment is inserted in Geography since its unification as a science, until its currents of geographical thought.

Key words: Geographical Science; Environmental education; Geography; Environment.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1. INTRODUÇÃO	8
2. MATERIAIS E MÉTODOS.....	9
3. REVISÃO DE LITERATURA	10
3.1. A ciência geográfica, pressupostos históricos	10
3.2. Início do século xix: aspectos nacionais e internacionais.....	11
3.3. A geografia no século xxi: do contextos dos impactos ambientais à formação do professor geógrafo.....	15
3.4. Conceito de meio ambiente, educação ambiental.....	18
3.5. Eventos mundiais que marcaram a preocupação com o meio ambiente	20
3.6. Legislação que asseguram a <i>práxis</i> da educação ambiental	21
3.7. O entrelaçamento da ciência geográfica com a educação ambiental	22
4. CONCLUSÃO	24
5. REFERÊNCIAS	25

1. INTRODUÇÃO

A ciência da Geografia mantém seu papel histórico, atuando na interdisciplinaridade, nas mais diversas ciências, com intercessão entre as ciências humanas, sociais e as ciências naturais, atualmente estuda a formulação das estratégias de intervenção e de promoção de um adequado ordenamento territorial. Atualmente, têm estudos desde o político, social, econômico, ecológico e ambiental, num contexto de mudanças, se colocando no papel de ciência útil para a sociedade, perpassando pela revolução tecnológica da informação, que possibilitou a popularização de sistemas de posicionamento global, imagens de satélite e sensoriamento remoto (SIMPLÍCIO, 1997).

Na geografia temos o meio ambiente entendido como um conjunto das substâncias, circunstâncias ou condições em que existe determinado objeto ou em que ocorre determinada ação, sendo um conceito balizador na Geografia (GONÇALVES, 1989; SUERTEGARAY, 2000). Na construção do seu conceito, o ambiente passa a ser considerado um sistema, uma unidade de diversas manifestações com estreita relação entre si, estruturada e redefinida como organismo. Até meados do século XX, ambiente era concebido, pela geografia e outras ciências, exclusivamente do ponto de vista naturalista, sendo concebido dissociado do homem ou de qualquer sociedade humana, focando-se na descrição do quadro natural do planeta, compreendido pelo relevo, clima, vegetação, hidrografia, fauna e flora apenas (MENDONÇA, 2005).

A partir das considerações o tema apresentado neste trabalho trata-se da ciência da geografia com a educação ambiental. E como delimitação da temática abordada apresentamos os estudos da geografia e a repercussão no meio ambiente. Neste contexto suscitou-se a pergunta problema que norteou este estudo: como ocorre o entrelaçamento da geografia com a educação ambiental? Este artigo resultou de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa com o título “*O ENTRELÇAMENTO DA GEOGRAFIA COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL*”.

O objetivo geral foi compreender como ocorre o entrelaçamento da geografia com a educação ambiental e como objetivos específicos: Historicizar a ciência geográfica no âmbito global e nacional; analisar o ensino de geografia e discutir a ciência geográfica no contexto da educação ambiental. Os principais autores utilizados na revisão da literatura foram: Cavalcanti (2002); Corrêa (2003) e Simplício (1997).

A presente investigação apresenta condições de ampliar as discussões a respeito da Educação ambiental e a pesquisas futuras desta temática, ora apresentada, sugiro o prosseguimento a nível de estudos *Stricto Sensu*, com destaque para exploração de temas como o Paisagismo Pedagógico que se mostra como uma emergente temática e importante mecanismo estratégicos no cenário da educação infantil para trabalhar com temas ambientais.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho será desenvolvido a partir da elaboração de um banco de dados feito a partir de publicações disponíveis na internet sobre o tema. Os trabalhos utilizados foram catalogados a partir de banco de dados disponíveis nas plataformas Periódicos CAPES, a partir de busca pelas palavras chave “geografia” e “educação ambiental”.

Os trabalhos selecionados foram compilados em um banco de dados, no pacote Excell do office 2016, que constará o ano em que foram publicados, autores, título do trabalho, objetivos e resultados. Faremos a comparação entre os trabalhos a fim de localizar possíveis diferenças ideias para a elaboração de um protocolo de educação ambiental voltada ao ensino de geografia.

A presente pesquisa intitulada **“O ENTRELAÇAMENTO DA GEOGRAFIA COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL”** apresentará tipo de estudo, tipologia de pesquisa, tipo de pesquisa a ser realizada e o objeto de pesquisa, instrumento de coleta de dados, técnica de coleta de dados, análise de dados, a seguir:

Nesta investigação foi utilizado o método dedutivo. Na concepção de Gil (2010), o entendimento dedutivo tem como finalidade de elucidar o teor das premissas. Por intercessão de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, partindo de uma análise do geral para o específico, chega a uma conclusão. Utiliza-se do silogismo, construção coerente para, a partir de duas premissas, chegar a uma terceira decorrente das duas primeiras, denominada de conclusão.

A pesquisa foi do tipo exploratória, apesar de facilitar maior intimidade entre o pesquisador e o tema pesquisado, pode ser apresentar como uma investigação bastante específica, admitindo muitas vezes a dimensão de um estudo de caso em concordância com o assunto abordado. Nesta investigação tem como proposta utilizar a pesquisa do tipo não experimental. Na concepção de Martins (1990, p. 22) a investigação não experimental é aquela em que o pesquisador observa, registra, e relaciona fatos e transformações sem manipulá-las.

A pesquisa não experimental incide no estudo de acontecimentos sem a interferência ordenada do pesquisador.

Quanto à natureza da pesquisa, será classifica-se como qualitativa. De acordo com (BICUDO, 2006, p. 106) “engloba a ideia do subjetivo, passível de expor sensações e opiniões”. Junta também percepções de diferenças e semelhanças, não sendo aplicável a ele a noção de rigorosidade. Para Bardin (2009, p. 141), a pesquisa qualitativa “é válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais”. No processo de construção desta pesquisa se utilizará do seguinte procedimento metodológico: pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revista, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. A técnica de coleta de dados será realizada através de levantamento em livros, artigos, teses, dissertações que a ciência geográfica e o meio ambiente. Nas contribuições de Marconi e Lakatos (2010, p. 66), pesquisa bibliográfica “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao termo de estudo”.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção faremos uma revisão na literatura sobre os aspectos históricos e conceituas da geografia; os conceitos de meio ambiente e educação ambiental. Esta revisão da literatura se faz necessária para compreender as bases teóricas.

3.1. A CIÊNCIA GEOGRÁFICA, PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS

A ciência geográfica pode apresentar múltiplas definições. Usualmente, é conceituada de forma vaga como o estudo da superfície terrestre onde na etimologia do termo, significa descrição de todos os fenômenos manifestados na superfície do planeta, sintetizando todas as outras ciências, ou seja, Geografia é o estudo da Terra (CAPEL, 1981; GASPAR, 2000; CAVALCANTI, 2002).

A geografia é uma ciência empírica, pautada na observação, visão empobrecedora da realidade. O positivismo reduz a realidade ao mundo dos sentidos (aparência dos fenômenos) restringindo-se aos aspectos visíveis do real, mensurável e palpável, onde o cientista é um mero observador. No pensamento geográfico tradicional existe um profundo naturalismo, uma que o

homem vai aparecer como um elemento a mais da paisagem, como um dado do lugar, como mais um fenômeno da superfície da Terra (GASPAR, 2000; CAVALCANTI, 2002; MENDONÇA 2005).

Essa perspectiva seria enraizada em atores da Antiguidade Clássica, como Heródoto e Estrabão, que realizaram estudos mostrando os traços naturais e sociais das terras por onde andaram criando as bases da geografia clássica. Nesses estudos, era realizada a diferenciação de áreas buscando individualizar um ambiente, tendo em vista compará-las com outras. Seriam alguns dos primeiros mapeamentos realizados pelo homem (MENDONZA, 1982, MORAES, 1990). Ao longo do tempo a geografia se apresentava como uma ferramenta para o estudo das relações entre o homem e o meio ambiente, sociedade e natureza. Assim, a geografia surgia como uma ponte entre as ciências naturais e humanas, procurando ser uma ciência natural dos fenômenos humanos na perspectiva naturalizante (SANTOS, 2008).

Até o final do século XVIII, o conhecimento geográfico se encontrava disperso, sem um conteúdo unitário, sem padrão. Contudo, devido à proposição de explicações abrangentes do mundo e a formulação de sistemas que buscam a compreensão de todos os fenômenos do real, por diversas correntes filosóficas, houve uma primeira valorização do temário geográfico (CAPEL, 1981; MENDONÇA, 2005; PINTO; CARNEIRO, 2019).

3.2. INÍCIO DO SÉCULO XIX: ASPECTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

No início do século XIX, as condições históricas forçam a sistematização do conhecimento geográfico. A Europa começava a articular o desenvolvimento do comércio, forçando o estreitamento de laços econômicos com outras regiões cada vez mais distantes. Os mapas se multiplicavam, o que os tornou o instrumento por excelência do geógrafo (SOJA, 1993; SIMPLÍCIO, 1997).

Era fundamental pensar a Terra de forma unitária para lançar as novas bases dos estudos geográficos e, para isso, seria necessário conhecê-la como um todo. Conhecer a real dimensão e forma dos continentes era a base para a ideia de conjunto terrestre, concepção basilar para a reflexão geográfica, condição que só pôde ser realizada com as “Grandes Navegações” e as consequentes descobertas, efetuadas pelos Europeus, a partir do quinhentismo (SOJA, 1993; SIMPLÍCIO, 1997).

Assim, nos fins do século XIX a Europa se torna o centro difusor de um espaço mundial plenamente constituído, fator esse que contribui, entre outras coisas, para a transição entre o feudalismo e o capitalismo. A Geografia da primeira metade do século XIX se baseou

na elaboração de um levantamento de realidades locais, em número elevado, fundamentando a reflexão geográfica sólida que deveria ir além do simples conhecimento de novas terras (TORMO, 2009; TONDA-MONLLOR, 2010).

Nesse contexto, as teorias evolucionistas foram, em grande parte, responsável pela metodologia naturalista, que impregnou as propostas dos primeiros geógrafos e que passou, como herança aos seus sucessores. Se, nessa perspectiva, a Terra constitui-se num todo orgânico, a região, enquanto parte constitutiva desse todo, resultará da integração dos elementos naturais que lhe dão a singularidade. Em outras palavras, a concepção adotada é a de região natural um ecossistema, nas palavras cujo clima em particular é tomado como o fator determinante na diferenciação da ocupação do homem na Terra (CORRÊA; 2003).

Convém ressaltar que o privilégio absoluto dado à natureza não se dá pela exclusão do homem, mas sim, pela incorporação deste aos quadros naturais de uma forma determinista. A corrente possibilista desde o início, ligam-se as formulações dessa corrente, pois situam-se num debate com o determinismo alemão, num contexto de acirrada disputa territorial no cenário europeu do final do século XIX.

Além de projetos intelectuais, o que estava em jogo eram projetos nacionais mediatizados pela ciência, em especial pela Geografia (MORAES, 1990). O diálogo crítico o determinismo pode ser sintetizado na afirmação de que “o homem dispõe sobre aquilo que a natureza permite, burlando suas limitações e, ao mesmo tempo, aproveitando-se ativamente das possibilidades oferecidas pelo meio para a satisfação de suas necessidades” (MORAES, 1990, p. 68).

Nos estudos de Lencione (1999), procedia a uma análise detalhada do meio físico e das formas de ocupação pela atividade humana. Portanto o olhar geográfico deveria conter uma perspectiva histórica na análise da evolução homem-meio: A síntese regional é objetivo último da tarefa do geógrafo, o único terreno sobre o qual ele se encontra a si mesmo. “Ao compreender e explicar a lógica interna de um fragmento da superfície terrestre, o geógrafo destaca sua individualidade que não se encontra em nenhuma outra parte” (LENCIONE, 1999, p. 107).

Guardadas as diferenças de abordagem entre deterministas e possibilistas, é na ideia de região que essas duas correntes convergem. Dialeticamente ela opõe e ao mesmo tempo aproxima, essas duas vertentes da Geografia Clássica em seus pressupostos de região enquanto entidade concreta, auto evidente. Pouco importava, segundo Claval (1974), se a análise regional se baseava nas regiões naturais ou humanas, já que a questão de fundo era tomá-la como uma realidade palpável. Regiões natural e humana, nesses termos, confundiam-se. A geografia

clássica alicerçou o estudo da região desconsiderando sua natureza, ou seja, desde que aspectos físicos e humanos fossem contemplados, os demais fatores não interessavam.

O final do século XIX e o início do XX assistem a uma crise do possibilismo, com uma crítica ao modelo naturalista e a afirmação das especificidades das ciências humanas, via o neokantismo. Grosso modo, isso significou a valorização do desenvolvimento histórico das sociedades humanas e, por consequência, o destaque dessa dimensão na explicação da realidade. Na Geografia, o debate natureza/espírito ou ciências naturais/ciências humanas materializou-se na valorização do caráter ideográfico dessa ciência e, por conseguinte, na busca da localização singular dos fatos na superfície terrestre (CAPEL, 1981).

Como se vê, essa ciência especial da superfície terrestre encontra sua expressão nas diferenças locais, e são justamente estas que dão o caráter singular ao saber geográfico. Note-se que, como assinala Lencione (1999), não há um grupo de fenômenos particulares à Geografia, já que esta deve se interessar por todos os fenômenos que tenham uma dimensão espacial com vistas a estabelecer esse caráter variável.

Corroborando com estas afirmações Hartshorne (2007) retoma e amplia a linha de raciocínio, reafirmando o caráter corológico da Geografia no seu intento de analisar e sintetizar associações de fenômenos na forma como se apresentam em sessões da realidade da superfície da Terra. Como demonstrado, a relação homem-meio não é encarada como uma dicotomia, haja vista ser da natureza da Geografia a compreensão de como os fenômenos naturais e humanos se combinam numa área da superfície terrestre. Por outro lado, para assim proceder, a geografia necessita reunir partes de muitas outras ciências dentro do ponto de vista cronológico. A síntese consubstancia-se, assim, na região: síntese da relação homem meio e de saberes dispersos em outras ciências dentro do ponto de vista próprio da Geografia, a corologia.

O caráter ideográfico e/ou homotético da ciência é trabalhado também dentro dessa perspectiva. Na visão de Lencione (1999), a Geografia é ao mesmo tempo, para essa corrente, ambas as coisas: quando estuda a relação de fenômenos particulares numa determinada área, é ideográfica; quando esses fenômenos podem ser classificados em categorias, possibilitando a dedução de leis gerais, é homotética. Não há assim dualidade, dentro dessa linha de pensamento, entre as duas perspectivas, posto que a região é o denominador capaz de uni-las. Para Gomes (2003, p. 242):

a despeito do fato de que o objeto geral da geografia seja produzir uma classificação global das regiões, através de sistemas genéricos, estas regiões possuem sempre aspectos únicos que são irredutíveis à generalização.

Embora predominante nas primeiras décadas do século XX, a corrente regional seria questionada no seu cerne no pós-Segunda Guerra. O capitalismo entrava em uma fase, chamada por Eric Hobsbawm (1995, p. 253) de “Anos de Ouro, na qual houve um crescimento expressivo das economias centrais e a melhoria substancial do nível de vida de suas populações”. A Europa, Japão e, principalmente, os Estados Unidos conheceram anos gloriosos no que tange à produção e ao consumo.

Shopping centers, rodovias, ferrovias, represas, novos espaços urbanos, extensos campos agrícolas, enfim, novos arranjos espaciais foram criados em decorrência dessas transformações e para a estas dar suporte (CORRÊA, 2003), exigindo da Geografia o desempenho de um papel de apoio às demandas dos setores público e privado em relação à intervenção no espaço por meio do planejamento, da explicação da lógica locacional e da maximização da eficiência (LENCIONE, 1999, p. 134). No fundo essas transformações são mencionadas por Corrêa (2003, p. 18):

Inviabilizaram os paradigmas tradicionais da geografia, o determinismo ambiental, o possibilismo e o método regional, suscitando um novo, calcado em uma abordagem locacional: o espaço alterado resulta de um agregado de decisões locacionais.

A partir da década de 1950, é marcado pelo pensamento geográfico, sendo inclusive considerado o fim da época da Geografia Clássica. No cerne da questão estavam as críticas à perspectiva historicista que havia trazido para a Geografia o excepcionalismo próprio da História. A Geografia deveria romper com esse excepcionalismo, com essa busca do caráter único, e voltar-se para a formulação de leis gerais sobre a distribuição dos fenômenos na superfície da Terra. Portanto, só a Geografia Geral era considerada científica, porque fornecia as leis e as teorias para o estudo regional.

Os Anos de Ouro dão lugar, a partir dos anos 1960 e principalmente nos anos 1970, a transformações significativas traduzidas em crises econômicas e sociais que evidenciavam o esgotamento do modelo capitalista e colocavam em xeque a capacidade do neopositivismo e da Geografia Quantitativa, pelo menos enquanto paradigmas dominantes, em prover respostas satisfatórias para as contradições que se impunham: as desigualdades sociais, a degradação da vida nas cidades, a tomada da consciência ambiental, o movimento dos países subdesenvolvidos tomando inclusive proporções de revoluções socialistas, o movimento negro e estudantil, etc. (CAPEL, 1981; LENCIONE, 1999).

A outra face da moeda foi a crítica ampla ao próprio modelo de ciência geográfica que se produzia e à sua incapacidade em lidar com as contradições da sociedade capitalista que se avolumavam. Foi esse contexto que fez emergir a necessidade de incorporar novas abordagens

teóricas e filosóficas e novos temas aos estudos geográficos trazidos na esteira da fenomenologia e do marxismo.

A Geografia Crítica concebe a região como parte de uma totalidade histórica e, portanto, não harmônica, daí a ênfase no desenvolvimento desigual e combinado e no subdesenvolvimento (LENCIONE, 1999). Na visão de Soja (1993, p. 132), o capitalismo baseia-se intrinsecamente nas desigualdades regionais ou espaciais para sua reprodução: nota-se, nesse caso, a analogia entre classe e região, haja vista que, seguindo essa linha de raciocínio, o capitalismo se assenta na desigualdade combinada, seja ela social ou regional. Do ponto de vista espacial Corrêa (2003, p. 45) menciona que:

a lei do desenvolvimento desigual e combinado traduz-se, assim, no processo de regionalização que diferencia não só países entre si como, em cada um deles, suas partes componentes, originando regiões desigualmente desenvolvidas, mas articuladas.

A região é, portanto, uma entidade concreta, já que resultado das heranças culturais e materiais de uma determinada estrutura social e seus conflitos. Para se compreender a região, é necessário entender o funcionamento da economia mundial e seu rebatimento no território de um país e as diversas formas do modo de produção capitalista se reproduzir em distintas regiões do globo (SANTOS, 1991). As regiões são, nessa linha de raciocínio, formações sócio espaciais, em analogia à formação socioeconômica da economia marxista a realização num espaço particular de um modo de produção (GOMES, 1995).

No final dos anos 1970, a Geografia Humanista ou Cultural vem incorporar novos horizontes ao conhecimento geográfico em geral e aos estudos regionais em particular. Tendo como base filosófica a fenomenologia, essa corrente coloca em destaque a subjetividade na análise geográfica, o comportamento do homem diante do meio, o medo, o ódio, a percepção (LENCIONE, 1999). O estudo regional, nessa perspectiva, visa a compreender o sentimento que os homens têm por pertencer a uma determinada região, os laços afetivos que produzem uma identidade regional.

3.3. A GEOGRAFIA NO SÉCULO XXI: DO CONTEXTOS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS À FORMAÇÃO DO PROFESSOR GEOGRAFO.

Ao final do século XX, o mundo testemunha rápidas transformações econômicas, sociais e culturais. A mais recente transformação tecnológica, comumente percebida do ponto

de vista global é a principal responsável por essas modificações na sociedade, a que Santos (2012, p.235) definiu de meio *técnico científico informacional*, isto é:

O meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção.

O princípio fundamental da geografia, como em seus primórdios, permanece inalterado e baseado na relação entre o Homem e o meio ambiente, fundamentados na estrutura de seu objeto de estudo, que é a distribuição dos fenômenos naturais e das ações do Homem sobre a superfície terrestre, bem como a estruturação espacial destes fenômenos, sua situação e a localização, possibilitando os posicionar nos local e mundialmente, buscando interpretar o resultado das relações entre o Homem e a suas consequências, refletindo na organização das sociedades (TONDA MONLLOR, 2010).

A grande revolução tecnológica do final do século passado trouxe consigo um novo processo que marcou a Geografia do século XXI, influenciando a sociedade em uma escala jamais imaginada, até então, a globalização. Esta ganhou, a partir do final do século passado, uma grande expressão nos avanços dos setores de transportes e comunicações, da expansão do comércio livre e da revolução tecnológica, com destaque para a Internet (SIMPLÍCIO, 1997). Como designado por Gaspar (2000) como: “novo mapa político do mundo”, que marcou a hegemonia econômica, política e militar, especialmente, dos Estados Unidos da América e, mais recentemente, a ascensão da China e a emergência das novas economias, resultando em um “novo mapa econômico, social e geográfico, levando à mundialização das trocas e globalização de fluxos de pessoas e bens e da informação” (CASTELLS, 1999; GASPAR, 2000).

Assim, a necessidade de reflexão sobre o mundo em que vivemos no que se refere ao atual modelo de educação e aos desafios da própria geografia enquanto disciplina escolar, compreendendo a globalização de conhecimentos e novas ferramentas, construindo uma nova geografia, crítica e conscientizadora, ultrapassando ideias redundantes e construindo um pensamento crítico por meio da ação/reflexão do mundo em que vivemos (DIAS, 2012; PINTO; CARNEIRO, 2019).

Apesar de associada ao contexto econômico, a percepção da Geografia sobre o processo de globalização não deve ignorar seus efeitos sobre o meio ambiente e os recursos naturais, alterações climáticas e conflitos culturais, étnicos e religiosos, bem como questões relativas à ética e direitos humanos (SIMPLÍCIO, 1997). Ao final da primeira década do século XXI, a Geografia se mostra como um conhecimento que se torna cada vez mais necessário,

indispensável, para se compreender um mundo muito mais complexo onde imagens, notícias e informações veiculadas chegam cada vez mais rápido.

O aumento no consumo por recursos naturais não renováveis, bem como uma série de atividades antrópicas danosas ao ambiente levou ao aumento da degradação ambiental, resultando em inúmeras catástrofes ambientais no Brasil e no mundo. Conceitualmente, *impacto ambiental* é o resultado de todo e qualquer tipo de alteração que seja significativa para o meio ambiente em si, podendo ser um fenômeno natural ou causado por ação antrópica, podendo ser considerados adversos ou até mesmo positivos.

No caso dos que podem ser vistos como algo positivo, pode-se citar atividades focadas na gestão de unidades para conservação, como ocorre em áreas como parques ou reservas. Isso também pode ser associado ao reflorestamento de áreas que sejam consideradas degradadas, culturas de animais e plantas e até mesmo os denominados “Negócios Verdes” focados em processo de reciclagem. Quando o assunto trata de impactos adversos, podemos mencionar casos que ficam mais em destaque na mídia, envolvendo poluição, destruição de áreas verdes, água contaminada, e outros. Infelizmente, no decorrer da nossa história, os desastres ambientais não são uma novidade, mas algo recorrente. Muitos, inclusive, acabam marcando drasticamente nosso país.

Nesse contexto, Pinto e Carneiro (2019) discutem o papel do ensino de Geografia na sociedade, dentro do paradoxo de globalização, que é por eles caracterizada, principalmente, pela exclusão e as desigualdades sócio espaciais presentes nesta atual fase contemporânea que é o *meio técnico científico informacional*. Essa discussão é imprescindível para construir uma educação pautada na formação cidadã de jovens críticos e sensível dos seus direitos e do seu papel exercido na sociedade (SANTOS, 2008).

As rápidas transformações impostas no mundo e, em especial, no Brasil, dentro do sistema educacional e do ensino, permite-nos partir de uma reflexão acerca do atual momento do ensino de geografia (PINTO; CARNEIRO, 2019). Nesse contexto, o ensino de Geografia no Brasil foi repensado e, em 2018, foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular, com demandas para a aprendizagem e formação de alunos Da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio). Em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (2018, p.7).

É um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Esse contexto trás para a escola e para a Geografia, a responsabilidade de preparar os estudantes para que estes possam entender o novo mundo e sua lógica de construção destruição reconstrução. Especificamente, para a Geografia, a compreensão da atual reconfiguração espacial ocasionada pelo processo de globalização (SOUSA et. al., 2016). Straforini (2004) discorre que, dentro desse cenário, há a necessidade de um novo aporte teórico-metodológico para basilar a prática da Geografia para atender às novas demandas da sociedade globalizada, fomentando os subsídios necessários à interpretação e a resolução das contradições e conflitos sociais.

Assim, Cavalcanti (2002) defende que a elaboração de um projeto de formação do profissional de geografia que vise atender as necessidades atuais da sociedade deve sofrer mudanças no currículo, estabelecendo mudanças nas metodologias a serem empregadas na formação inicial destes profissionais, para que possam desenvolver um pensamento crítico da realidade. Aponta como referências princípios que devem orientar a reforma curricular da formação profissional do geógrafo. Entre elas estão a formação contínua e autoformação; a Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, integração teoria e prática, formação, profissionalização e o conhecimento integrado e a abordagem interdisciplinar.

Dentro dessa perspectiva, a educação ambiental se entrelaça aos conceitos geográficos com a ideia funcional de despertar a consciência ecológica na sociedade, através da sensibilização das crianças e os jovens para a compreensão da problemática ambiental e a importância da aquisição de novos comportamentos e atitudes.

3.4. CONCEITO DE MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ambiente é o conjunto das substâncias, circunstâncias ou condições em que existe determinado objeto ou em que ocorre determinada ação. O ambiente é um conceito balizador na Geografia (SUERTEGARAY, 2000). A partir desse conceito, iniciou-se uma discussão sobre qual o significado de ambiente na Geografia, apesar de não ser uma indagação contínua, esta serve de base para novas reflexões e novas perguntas envolvendo o tema. Em seu primórdio, a geografia se referia ao meio, conotando um sentido ecológico, sendo essa origem histórica, da noção de meio ambiente, vinculada à biologia, introduzida nesta área de conhecimento pelas teorias de Isaac Newton, que caracterizava o universo cientificamente concebido como um sistema (GONÇALVES, 1989). Assim, o conceito de ambiente passa a concepção de sistema, uma unidade de diversas manifestações com estreita relação entre si,

estruturada e redefinida como organismo (ALIATRA; SILVESTRI, 1994, SUERTEGARAY, 2000).

Mendonça (2005, p. 22) informa que, até meados do século XX, ambiente era concebido, pela geografia e outras ciências, exclusivamente do ponto de vista naturalista. A abordagem da temática ambiental naturalista da geografia era assim tratada: “pelo detalhamento das características físicas dos lugares, mensurando e catalogando-as, ao mesmo tempo em que procurando explicações para suas dinâmicas e o estabelecimento de leis numa tentativa de sistematização dos conhecimentos apreendidos”. Assim, o ambiente era concebido dissociado do homem ou de qualquer sociedade humana, focando-se na descrição do quadro natural do planeta, compreendido pelo relevo, clima, vegetação, hidrografia, fauna e flora.

Para Migliari (2001, p.40), o meio ambiente é a "integração e a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais, culturais e do trabalho que propiciem o desenvolvimento equilibrado de todas as formas, sem exceções. Logo, não haverá um ambiente sadio quando não se elevar, ao mais alto grau de excelência, a qualidade da integração e da interação desse conjunto". O meio ambiente poderá ser considerado uma "unidade que precisa ser compreendida inteira, e é através de um conhecimento interdisciplinar que poderemos assimilar plenamente o equilíbrio dinâmico do ambiente". É necessária uma dinâmica para compreender o meio ambiente na sua plenitude, entre os diversos sujeitos envolvidos com sua análise, a fim de se tentar compreender a multidimensionalidade ambiental.

Avançando abordaremos os principais conceitos e abordagens acerca da temática de educação ambiental na leitura de diversos autores. Reigota, (2011, p. 145) a educação ambiental, em tempos atuais, não tem a pretensão de oferecer respostas prontas e acabadas, mas sim instigar questionamentos sobre nossa relação com a natureza e a sociedade em que vivemos, considerando presente e futuro. A Educação ambiental também pode ser entendida como uma prática educativa, pela qual o indivíduo pode adquirir conhecimentos, valores e comportamentos que o faça perceber sua interação com o meio ambiente e torne possível a realização de ações responsáveis sobre o meio ambiente. Segundo Guimarães (1995, p. 28), educação ambiental é: um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida, afirmando valores e ações que contribuem para as transformações humanas, sociais e para a preservação ecológica.

A educação ambiental também pode ser percebida como ato educativo que contribui para a formação de sujeitos sensíveis a preservação do meio ambiente. Desta forma, a educação ambiental não se reduz ao espaço escolar, mas deve permear o dia a dia das crianças. Conforme

Carvalho (2006), a educação ambiental tem um grande desafio em garantir a construção de uma sociedade sustentável, bem como sua na relação com o planeta e seus recursos naturais.

3.5. EVENTOS MUNDIAIS QUE MARCARAM A PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

No ano de 1992, foi realizada no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. A chamada Cúpula da Terra reuniu mais de 100 chefes de Estado para debater formas de desenvolvimento sustentável. Esse termo, foi utilizado pela primeira vez no ano de 1987, no relatório Brundtland, feito pela ONU. A partir desse documento, foram norteadas as discussões sobre um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais preocupado com questões ambientais.

Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza. Na reunião, os países reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e começaram a moldar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente. Desde então, estão sendo discutidas propostas para que o progresso ocorra em harmonia com a natureza, garantindo a qualidade de vida tanto para a geração atual quanto para as futuras no planeta (CUSTÓDIO; AOKI, 2008).

A ideia central era que se todas as pessoas objetivam o mesmo padrão de desenvolvimento dos países ricos, não haverá recursos naturais para todo mundo sem que sejam feitos danos ao meio ambiente. À época, os países desenvolvidos aceitaram que há diferença entre as responsabilidades pela preservação do meio ambiente e pela construção de um convívio equilibrado com o planeta, bem como a necessidade de criar mecanismos para o desenvolvimento sustentável, agregando desenvolvimento humano e preservação do meio ambiente (CUSTÓDIO; AOKI, 2008).

Assim, no principal acordo firmado, ficou definido que os países em desenvolvimento deveriam receber apoio financeiro e tecnológico para alcançarem outro modelo de desenvolvimento que seja sustentável, inclusive com a redução dos padrões de consumo, especialmente de combustíveis fósseis (petróleo e carvão mineral). Com essa decisão, a união possível entre meio ambiente e desenvolvimento avançou, superando os conflitos registrados nas reuniões anteriores patrocinadas pela ONU, como na Conferência de Estocolmo, em 1972 (CUSTÓDIO & AOKI, 2008).

3.6. LEGISLAÇÃO QUE ASSEGURAM A PRÁXIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981, conceitua, em seu artigo 3º, parágrafo I, meio ambiente como: “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. A concepção legal de meio ambiente, de fato, revela-se significativamente abrangente, todavia, não se vislumbram numa primeira leitura conexões às atividades humanas, não há caráter social explícito na formulação da proposição legal de meio ambiente.

A Constituição Federal, em seu artigo 225, faz alusão à necessidade de um ambiente equilibrado e que diz que este é um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Há um concesso sobre a responsabilidade de em relação ao meio, desde o poder público quanto ao individual e à coletividade, levanta-se a preocupação com a herança ambiental que deixaremos para as gerações futuras. Entre outras ações, a carta Magna orienta sobre a necessidade de se promover a educação ambiental, como ferramenta de conscientização coletiva em todos os níveis de ensino, justamente para que esse direito seja assegurado.

Para fortalecer e efetivar as bases da educação ambiental, em 27 de abril de 1999 foi assinada a lei 9.795 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Em seu Capítulo I a lei menciona que se entende por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, sendo um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo a todos a sua aplicação, como forma de reforçar os enunciados nos Artigos 205 e 225 da Constituição Federal de 1988, detalhando o papel das instituições educativas, órgãos integrantes do sistema nacional do meio ambiente (SISNAMA), meios de comunicação de massa, empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas a promover a educação ambiental, considerando seus princípios básicos assim dispostos no Artigo IV do capítulo I:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III - o

pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo; VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Em seu Capítulo II, é instituída a Política Nacional de Educação Ambiental, que envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental. Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - Educação básica: a) educação infantil; b) ensino fundamental e c) ensino médio; II - educação superior; III - educação especial; IV - educação profissional; V - educação de jovens e adultos.

A lei dispõe, ainda que a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, não devendo ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, salvo em cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental. Sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, em seu capítulo III, a lei postula que a coordenação ficará a cargo de um órgão gestor, na forma definida pela regulamentação desta Lei, sendo de responsabilidade dessa coordenação as seguintes atribuições:

I - Definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional; II - articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional; III - participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental.

Assim, cabe aos Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definir diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

3.7. O ENTRELAÇAMENTO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) define Educação Ambiental como “um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade se conscientizam sobre o meio onde vivem, adquirindo conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros”. Ela

é, muitas vezes, associada ao desenvolvimento de ações voltadas a preservação do meio ambiente.

É fundamental a compreensão da educação ambiental, uma vez que ela quebra o paradigma que a sociedade é algo à parte do ambiente, nos alocando como parte dele, trazendo a visão, de que o meio ambiente não está colocado como algo isolado ou intacto, mas em constante interação com o homem (SANTOS, 1997). Retomando o histórico da ciência geográfica, que desde os seus primórdios buscou compreender a questão do ambiente físico, bem como a posição da espécie humana dentro dos mais diversos cenários visando, primariamente, mapear os mais diversos locais e, posteriormente, agregando conceitos sociais, políticos e culturais no decorrer de sua formação enquanto ciência podemos observar que tanto a ciência geográfica quanto a ciência ambiental têm em comum a preocupação com as questões do meio ambiente.

4. CONCLUSÃO

A retomada da história da formação e consolidação da ciência geográfica se confunde com a história da civilização humana. O conhecimento geográfico foi sendo acumulando ao longo dos tempos, até seu entrelaçamento com a educação ambiental. Ao longo do texto verificou-se como a ciência geográfica, possui conexões com outras ciências, auxiliando na proposição de políticas públicas que visem a preservação ambiental.

O meio ambiente está inserido na Geografia desde sua unificação como ciência, até suas correntes do pensamento geográfico, como a Geografia Cultural. Assim, a cultura deve ser vista como uma produção do Homem em seu papel social ao relacionar-se com outro indivíduo em sociedade. Neste sentido, é necessário considerar a questão social da sustentabilidade, fazendo com que a Geografia se apoie em perspectivas que contribuam efetivamente para a consolidação da sustentabilidade do meio.

É impossível não mencionar que as contribuições da Geografia para a preservação da qualidade de vida de nosso planeta são infinitas, passando por diversas áreas, desde suas integrações com as tecnologias, até a geografia escolar. A Geografia contribui de maneira significativa com a problemática de ordem ambiental a qual nos encontramos. A visão da Geografia perante a sociedade meio ambiente é capaz de superar vertentes unilaterais de sustentabilidade. O conceito de educação ambiental é bastante ampliado, sendo caracterizado como um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade se conscientizam sobre o meio onde vivem, adquirindo conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros.

5. REFERÊNCIAS

- ALIATA, F. & SILVESTRI, G. 1994. **El paisaje en el arte y las ciencias humanas**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina S. A.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acessado em 05/12/2020.
- BRASIL. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm . Acessado em 05/05/2020.
- BRASIL. **Lei 9795/99. Dispõe sobre a Educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. DOU 28.04.1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm Acessado em 05/05/2020.
- BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 17/05/2021.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. 5ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BICUDO, M. A. V. **Pesquisa Qualitativa e pesquisa qualitativa segundo a abordagem fenomenológica**. In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Coleção tendências em Educação Matemática), p. 101-114.
- CAPEL, Horácio. **Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea**. Barcelona: Barca Nova, 1981.
- CARSON, R. 1964. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos.
- CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- CAVALCANTI, L. S. 2002. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa.
- CLAVAL, P. 1974. **Evolución de la geografía humana**. Barcelona: Oikos-Tau.
- CORRÊA, R.L. 2003. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática.
- CUSTÓDIO, R.A. & AOKI, Y.S. 2008. **Educação Ambiental e ensino da Geografia: desafios e perspectivas no município de Atalaia-PR**. 2007.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2012. 224p.

- GASPAR, J. 2000. **Perspectivas da Geografia para o século XXI**. Lisboa, CEG. Apontamentos de Geografia, série investigação, nº 8.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, 2010. Atlas.
- GOMES, P. C.C. 2003. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- GONÇALVES, C. W. P. 1989. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto.
- GRIGG, D. 1973. **Regiões, modelos e classes**. Boletim Geográfico, Bauru, v. 32, n. 234, p. 3-47.
- HOBBSAWM, E. 1995. **Era dos Extremos**. São Paulo, Companhia das Letras.
- LENCIONE, S. 1999. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MENDONÇA, F. 2005. **Geografia e meio ambiente**. 8.ed. São Paulo: Contexto.
- MENDONZA, J. G. 1982. **El pensamiento geográfico**. Barcelona: Alianza.
- MIGLIARI JUNIOR, A. **Crimes Ambientais**. São Paulo: Lex Editora, 2001.
- MORAES, A.C.R. 1990. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec.
- NEVES, E; TOSTES, A. 1992. **Meio ambiente: a lei em suas mãos**. Petrópolis: Vozes.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) **A Cúpula da Terra**. Disponível em <https://news.un.org/pt/tags/rio-92> . Acessado em 05/05/2020.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) Relatório Brundtland. Disponível em <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente> . Acessado em 05/05/2020.
- PINTO, F.R. & CARNEIRO, R.N. 2019. **O ensino de geografia no século XXI: práticas e desafios do/no ensino médio**. Ver. GeoInterações, Assú, v.3 (2).
- REIGOTA, M. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. 1997. 4. ed. São Paulo: Nobel, 120 p.
- SANTOS, M. 1991. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, M. 2008. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 176 p.

SANTOS, M. 2012a. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 7. reimpa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SANTOS, M. 2012b. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b. 120 p.

SANTOS, M. 2012c. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SANTOS, M. 2012d. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 22. ed. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, Maria Mirtes Cortinhas dos. **Educação Ambiental e Políticas Públicas: vivências nas escolas municipais** – Curitiba: CRV, 2016

SIMPLÍCIO, D. 1997. **A Geografia no contexto atual: Uma breve reflexão**. Inforgeo.

SOJA, E. 1993. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar.

SOUSA, M.S.; EVANGELISTA, A.M.; BARBOSA, A.C & SILVA, L.B.A. 2016. **Os desafios de ensinar Geografia no século XXI**. XVII Encontro Nacional de Geógrafos: A Construção do Brasil: Geografia, ação política e democracia. São Luís (MA).

SUERTEGARAY, D. M. A. **Espaço geográfico uno e múltiplo**. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, L. A.; VERDUM, R. (Orgs.). 2000. Ambiente e lugar no urbano – a grande Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, p. 13-34.

TONDA MONLLOR, E. M. 2010. De la geografía del siglo XX a la geografía del siglo XXI ¿Qué contenidos enseñar? In: **Geografía, educación y formación del profesorado en el marco del Espacio Europeo de Educación Superior**. Madrid: Asociación de Geógrafos Españoles. Vol. II. ISBN 978-84-933457-4-7, pp. 821-840.

TORMO, J. 2009. **Hacia una Geografía útil: El papel de la Geografía en el siglo XXI en España**. IN Revista Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agraria (NERA). São Paulo, Universidad Estadual Paulista (Brasil), pp. 7-27.

UNESCO. **Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**". São Paulo: Cortez, MEC, UNESCO.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
REITORIA
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

1. Identificação do autor

Nome completo: Sinamor Figueira da Silva
CPF: 598.065.592-13 RG: 3029548 Telefone: (93) 991766626
E-mail: sinamorfigueira2011@gmail.com
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página de rosto?
☒ Sim () Não

2. Identificação da obra

() Monografia ☒ TCC () Dissertação () Tese () Artigo científico () Outros: _____
Título da obra: O entrelaçamento da Geografia com a Educação Ambiental
Programa/Curso de pós-graduação: _____

Data da conclusão: 05/08/2021

Agência de fomento (quando houver): _____

Orientador: Prof.ª Dr.ª Maria Mirtes Cortinhas dos Santos

E-mail: mmcortinhas@gmail.com

Co-orientador: _____

Examinadores: Prof.ª Dr.ª Maria Julia Veigas da Silva
Prof.ª Dr.ª Marcela Vieira Pereira Mafra

3. Informação de disponibilização do documento:

O documento está sujeito a patentes? () Sim ☒ Não

Restrição para publicação: () Total () Parcial ☒ Sem restrição

Justificativa de restrição total*: _____

4. Termo de autorização

Autorizo a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a incluir o documento de minha autoria, acima identificado, em acesso aberto, no Portal da instituição, no Repositório Institucional da Ufopa, bem como em outros sistemas de disseminação da informação e do conhecimento, permitindo a utilização, direta ou indireta, e a sua reprodução integral ou parcial, desde que citado o autor original, nos termos do artigo 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e da lei 12.527 de novembro de 2011, que trata da Lei de Acesso à Informação. Essa autorização é uma licença não exclusiva, concedida à Ufopa a título gratuito, por prazo indeterminado, válida para a obra em seu formato original.

Declaro possuir a titularidade dos direitos autorais sobre a obra e assumo total responsabilidade civil e penal quanto ao conteúdo, citações, referências e outros elementos que fazem parte da obra. Estou ciente de que todos os que de alguma forma colaboram com a elaboração das partes ou da obra como um todo tiveram seus nomes devidamente citados e/ou referenciados, e que não há nenhum impedimento, restrição ou limitação para a plena validade, vigência e eficácia da autorização concedida.

Santarém, 24/04/2023

Sinamor Figueira da Silva
Assinatura do autor

5. Tramitação no curso

Secretaria / Coordenação de curso

Recebido em ____/____/____.

Responsável: _____

Siapa/Carimbo